



EMBATES ENTRE O ESPORTE DE MASSA E O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO: O SURGIMENTO DO ESPORTE PARA TODOS EM ÂMBITO INTERNACIONAL

SÉRGIO TEIXEIRA*

1- Introdução

O surgimento do Esporte para Todos em âmbito internacional decorreu da necessidade de espalhar na população o esporte de massa, questionando-se a predominância do esporte de alto rendimento como forma de lazer passivo dos indivíduos. Desse modo, por volta da década de 1960, as discussões relativas a tais aspectos avolumaram-se, sobretudo na Europa, buscando uma mudança de comportamento, no sentido de educar a população para um novo estilo de vida.

Este trabalho problematiza as interlocuções presentes nas pretensões de se difundir o esporte de massa, o que poderia se dar conferindo uma contraposição ao esporte de alto do esporte de massa, mas que por vezes procurava a sua justificativa no esporte de alto rendimento.

O objetivo é dialogar com as nuances que atravessavam o continente europeu no horizonte da Guerra Fria, modulando posturas e educando a população na prática de atividades esportivas informais, o que redundou na disseminação do Esporte para Todos em várias regiões do mundo. É importante destacar a acomodação da população e do Estado como sujeito e objeto no cenário que se inscrevem nas multiplicidades.

Para tanto, a metodologia deste estudo recorre a intelectuais e a entidades que participaram do contexto histórico de inserção do esporte de massa, e posteriormente do Esporte para Todos, no escopo das discussões atinentes ao tema. Dentro desse processo, são estabelecidas, de acordo com Poulantzas (1985), interfaces cujas relações de produção determinam o papel do Estado diante das lutas das classes sociais.

2- Orientações internacionais para o “esporte de alto rendimento” e para o “esporte de massa”

* Faculdade Pitágoras de Uberlândia. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

Tubino (1975) demonstrava que, a partir da década de 1970, o quadro internacional da Educação Física passou por modificações oriundas principalmente da relevância que o esporte assumiu como eficiente mecanismo de propaganda política. Referindo-se ao Congresso Mundial de Educação Física, realizado no ano de 1973, em Bruxelas, o autor afirmava que, na oportunidade, se dispuseram duas tendências totalmente opostas, uma constituída pelos defensores de uma Educação Física voltada para o esporte de alto rendimento e outra que enxergava a área de conhecimento como parte da educação integral dos indivíduos, e o esporte comporia o conjunto de atividades destinado a esse fim.

Para efeito de identificação, Tubino definiu a primeira tendência como de orientação pragmática, na qual o comportamento do homem é o objetivo principal, sendo o corpo tratado como objeto, e a Educação Física equivaleria simplesmente a um caminho para o desporto. A segunda tendência, de orientação dogmática, focava o homem total, tendo seus aportes teóricos amparados na predominância do humanismo.

Favorável à linha dogmática, Tubino apontava que, no plano internacional, havia a prevalência do esporte de alto rendimento, em que a vitória a qualquer custo acabava por gerar efeitos nefastos, tais como o uso excessivo do *doping* e o desaparecimento do *fair play*¹.

Essa discussão desenhava um panorama que há muito vinha sendo alvo de contendas internacionais, ou seja, o de oferecer alternativas ao monopólio do esporte de competição. O Manifesto Mundial da Educação Física de 1970, elaborado pela Federação Internacional de Educação Física (FIEP), advogava a adoção de novas posturas voltadas para a dimensão humana.

Em seu preâmbulo, o Manifesto dizia que os educadores se deparavam com duas possibilidades de escolha concentradas ou no esporte de competição, ou na assunção de práticas educativas e formativas. Embora ressaltasse que a primeira opção estava imersa no contexto da atualidade, sendo inevitável considerá-la como mergulhada na arena de atuação dos profissionais e que da difusão do desporto de massa brotaria naturalmente uma elite desportiva, evidenciava que o foco precisaria caminhar para a recreação e o lazer, contemplando as finalidades do desporto para todos.

¹ Em nota, dizia Tubino que o *fair play* “é uma expressão que pode ser empregada em qualquer circunstância, tanto na vida como no campo de disputas desportivas, para mostrar a honestidade mais pura e mais cavalheiresca, constituindo-se numa homenagem ao valor moral do desporto e à nobreza dos desportistas” (TUBINO, 1975, p. 11).

De um lado, há o desporto profissional e o desporto de alta competição (mais ou menos profissionalizado), que apenas podem atingir uma minoria de indivíduos, particularmente dotados. Temos de aceitar este profissionalismo ou semiprofissionalismo como sendo realidade incontestável - lógica em um mundo dominado pelo espírito de competição, pela satisfação da glória nacional e pelos interesses financeiros mas, sobretudo, como um fato que pode adquirir certo valor humano e social. Pode ser profissão honesta e, como toda profissão, ter sua utilidade, suas alegrias e sua grandeza. Porém, o desporto deve tornar-se mais claro em suas intenções, mais bem estruturado e mais social em sua organização. Ele deve servir à promoção humana e social dos especialistas e não ao seu aviltamento.

Por outro lado, existe o desporto essencialmente animado por preocupações educativas, higiênicas e recreativas, que é necessariamente o desporto para todos, aquele que mais se integra no sistema geral da Educação Física (FIEP, 1970).

O discurso acerca do esporte de alto rendimento já adquirira grande relevância a partir de meados do século XX. Em que pese o Manifesto valorizar os aspectos de cunho recreativo por meio do incremento do esporte de massa, a justificativa por essa opção acabava encontrando na imanência com a perspectiva da competição as suas assertivas, haja vista que a elevação do número de praticantes favoreceria a revelação de campeões.

Deste "desporto-jogo", deste "desporto-lazer", verdadeiro desporto de massa, surgirá naturalmente uma elite, entre os jovens, que, tal como acontece atualmente, se desenvolverá até ao mais alto nível, podendo então esperar-se um espírito diferente, um "desporto mais puro, mais cavalheiresco, mais calmo", como sonhou Pierre de Coubertin (FIEP, 1970).

Criava-se, assim, um paradoxo na expansão do desporto para todos, uma vez que se suspeitava que a popularidade dos atletas campeões não lograsse o alcance social necessário à promoção das práticas de atividades físicas e esportivas na população, corroborando o espetáculo e, conseqüentemente, o aumento do lazer passivo. Por outro lado, apesar de um discurso norteado ao lazer ativo e pontuado por sua dimensão social, o alvo do manifesto girava em torno da seleção esportiva, mas agora, envidado por um caráter formativo que transformaria as relações entre os esportistas.

Em vez de um modelo dirigido diretamente para a formação de atletas, invertiam-se as ações, em virtude de o Manifesto afirmar que, munido de um número elevado de praticantes do esporte de massa, haveria a probabilidade muito maior de se conseguirem os

campeões. Através do enaltecimento do “desporto-jogo” e do “desporto-lazer”, previa-se que “naturalmente” surgiria uma elite esportiva. Ou seja, ao mesmo tempo em que o esporte de alto rendimento era contestado por seu distintivo elitista, servia de fundamento para explicar a difusão das práticas de lazer.

Apelava-se para o *fair play*, jogo limpo, que assumia nova feição ante o avanço do mercado esportivo. Era fundamental conferir um selo humanista, condizente com o ideal de pureza advogado por Coubertin², a fim de referendar a difusão do esporte no corpo social.

O Manifesto cercava-se de valores morais atinentes ao arquétipo capitalista, vislumbrando oferecer aportes para uma vida saudável e sustentando a sua credibilidade no cientificismo advindo dos discursos biológicos. O relevante papel social do desporto provinha de sua capacidade em gerar uma população mais saudável, por meio de uma educação permanente apegada ao receituário de especialistas que graduavam a dosagem exata das atividades físicas da infância à idade adulta.

O desenvolvimento das qualidades básicas constitui a melhor preparação às ações futuras da vida corrente, da vida profissional e da especialidade desportiva. Quanto ao desporto educativo, convém evitar toda especialização prematura. Não se deve aprisionar, muito cedo, a criança em uma única atividade e num meio fechado que modelarão seu corpo e sua alma dentro de condições estreitas e poderão impedir a afirmação de certas potencialidades. É preciso - como nos outros domínios da educação - colocar progressivamente a criança, depois o adolescente em condições de fazer uma escolha livre e judiciosa de uma ou várias atividades, que serão praticadas o maior tempo possível. Convém preparar, sobretudo para as atividades da idade adulta, que são fundamentais, pois se trata de um período (de responsabilidades familiares e sociais) no qual o homem tem necessidade de manter-se sadio e fisicamente apto (FIEP, 1970).

Interessava que os indivíduos se tornassem conhecedores das informações concernentes aos benefícios fisiológicos proporcionados pelo desporto de massa. Entretanto, a definição das atividades físicas e esportivas que lhes trariam lazer e recreação escapava à sua

² A figura do Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), idealizador dos jogos olímpicos modernos, é sistematicamente utilizada como expoente dos princípios de pureza e de cavalheirismo propiciados pela prática do esporte. Criou-se a lenda em torno do personagem, em que o slogan “o importante é competir” expressava a nobreza dos valores dedicados ao espírito esportivo e desinteressado, refratário a desígnios que não os dirigidos para a integração e para a gentileza entre os participantes. Bracht (2003) promove uma crítica a tal caráter laudatório, pois considera que isso faça parte de uma estratégia discursiva favorável a um ideário amadorista que entrava em conflito com os interesses da classe trabalhadora, dada a própria origem aristocrática de Coubertin.

autonomia, afinal, já existiam os responsáveis por administrá-las com respaldo nos discursos médicos para aferir o atestado científico necessário à sua confiabilidade.

A difusão do desporto de massa mistificava as ideias de igualdade e de democratização, tão caras ao liberalismo e à socialdemocracia, abafando as lutas de classe e os clamores populares para a alteração da estrutura de poder, em que o Estado oferecia o aval para a conservação do arcabouço institucional. Com efeito, a hegemonia revestia-se de um mecanismo de superioridade política e intelectual das elites, como forma de arrefecer eventuais tensões sociais e agir na manutenção do estatuto político, buscando não permitir a formação da consciência crítica das classes dominadas.

A atuação incisiva do Estado sobre as classes dominadas tem, porém, os seus limites, pautando-se pela presença das relações políticas e ideológicas no âmbito das relações de produção. Em que pese as deliberações do Manifesto permearem-se pela organização das massas, condizente com o quadro de normalidade institucional afeito aos desejos das elites, não é somente por conta das aspirações destas que o Estado se verga, à medida que ele não é produzido integralmente pelas classes dominantes, mas visa a harmonizar os seus objetivos, de acordo com as disputas existentes no seio da sociedade (POULANTZAS, 1985).

Há a constante luta entre as classes sociais. É importante examinar que o Estado, como instância de poder, procura referendar as práticas espalhadas no corpo social e que se registram no cenário das exigências populares. O esporte de massa desvelava as discontinuidades marcadas pela imposição e pela adequação às vontades da população, por movimentos enviesados que atendiam a determinadas demandas, dependentes da realidade na qual se apresentavam.

Ora, se não é mais possível conter os avanços populares, outras técnicas de dominação têm que ser perpetradas. Nesse sentido, é necessário que a fabricação de efeitos de verdade contemple as dinâmicas gravadas em cada panorama, de modo que, a partir do ponto em que a Europa se colocava diante dos códigos da democracia, defensora dos valores do mundo ocidentalizado, o alastramento das práticas corporais, na configuração do desporto de massa, carimbava o verniz de democratização do acesso ao lazer e à recreação.

No entanto, não é uma invenção que simplesmente vem de cima para baixo, crivada de concessões que as elites e o Estado oferecem à população. A apropriação do esporte compõe lutas historicamente assinaladas no corpo social e insere-se nas contradições existentes no

contexto da sociedade, fazendo parte de conjecturas que se condensam e se acumulam, bem como carecem de um processo de mediação para que se negocie o interesse das classes sociais.

O próprio caso do esporte de alto rendimento traduz que suas nuances imergiram num cenário político que foi-se ajustando à medida que suas interfaces se modularam, de acordo com as lutas inscritas na sociedade. Originário de uma matriz aristocrática, o esporte cada vez mais penetrou na plenitude do corpo social, resultado do gosto que classes populares tomaram por essas práticas corporais. O Estado, então, não deteve o poder de inibir as ambições das massas, passando a ajustá-las, juntamente com as conveniências das elites.

Isso embasa discussões que alcançam o horizonte amador ou profissional, ocasionando o movimento *fair play*, jogo justo, limpo, que implica o respeito às regras e a honestidade. Sua retórica indica que a lealdade constitui o cerne das prerrogativas esportivas e que todos os envolvidos no esporte se sujeitam à sua execução.

As mesmas circunstâncias utilizadas, todavia, para enaltecer as virtudes provindas das práticas esportivas escondem as relações de dominação nelas encetadas. A começar pelo ideário olímpico, que, ao advogar o amadorismo como a fonte dos valores e da igualdade entre os indivíduos, demonstrava sua postura conservadora, movida pelo desejo de esquadrihar os corpos e distribuí-los, obedecendo ao pertencimento às classes sociais.

Às elites estariam abertas as condições para as práticas esportivas, as quais pertenceriam ao escopo de sua educação. Ser profissional significava infringir as regras do jogo justo, então, os trabalhadores tinham que ser educados para os seus ofícios, preocuparem-se com sua subsistência e com o labor, encontrando-se excluídos das vivências do esporte.

Contudo, existem as movimentações, os inter-relacionamentos que promovem novos arranjos no corpo social. As camadas populares, nesse processo, reivindicam para si a possibilidade de penetrar no terreno das atividades esportivas e solicitam o direito de usufruir de seus lazeres, sobretudo perante uma conjuntura em que se observava o aumento da urbanização.

Veja-se o exemplo da história do esporte na cidade do Rio de Janeiro, analisada por Lucena (2001), o qual descreve como as barreiras sociais de acesso às práticas esportivas foram rompidas. Paulatinamente, as classes populares entremearam-se no ambiente elitista do esporte, conquistando elas também o acesso à participação, seja no turfe, no ciclismo, no remo, no

futebol, enfim, no universo de atividades concebidas para atender unicamente às classes dominantes.

A variação do papel das classes sociais e a relevância que o esporte obtém a partir da segunda metade do século XX engendram também outros discursos. Se um dos modos de identificar a hegemonia das elites residia na exclusividade que ela possuía em relação às práticas esportivas, valorizando os aspectos do amadorismo, com o recrudescimento da competição em nível mundial, permeado, sobretudo pelas disputas entre as potências na esfera da Guerra Fria, a hegemonia atrai nova roupagem.

Cada vez mais, as nações investem em demonstrar as suas realizações, assim, coerentemente com a divulgação do quadro econômico favorável, com estabilidade política, com disputa armamentista que culmina com a tecnologia atômica, com exploração espacial, dentre outras, o sucesso esportivo revela o atestado de saúde dos sistemas, e a conquista de medalhas olímpicas serve como seu indicador. Como afirma Bracht,

Através da medida dos rendimentos dos “corpos” dos atletas, as nações podem medir seus rendimentos de forma inequívoca [...]. Isso favorece a um tipo de apropriação do atleta, elegendo-o como representante do sistema (todo o ritual olímpico favorece esse processo – hinos, bandeiras, etc.). Sucessos esportivos fornecem prestígio nacional. Tais sucessos testemunham que o sistema está em condições de resolver seus problemas tecnicamente de forma eficiente. Como critério de legitimidade do sistema aparece, então, a efetividade quantificada nos corpos dos atletas. O atleta é elevado à figura de representação nacional. O nacionalismo, por sua vez, torna-se subrepticamente a base de legitimação do esporte de alto rendimento (BRACHT, 2003: 73).

No núcleo dessas questões, surge um dilema apontado pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desportos (CIEPS), através do Manifesto sobre o Desporto de 1964, que alertava a respeito do falso amadorismo e como isso poderia corromper os ideais do *fair play*. A fim de encontrar soluções para esses fatores, propunha que os atletas de alto rendimento não ficassem prejudicados, criando-se uma espécie de “não amadorismo”, de maneira a possibilitar aos atletas o recebimento de dinheiro e, simultaneamente, não recaindo no profissionalismo, considerado pelo Manifesto pernicioso e mau exemplo para a juventude.

Dentro deste ponto de vista, a criação duma nova categoria de atletas, os “não-amadores”, que teriam o direito de tirar proveito do seu talento

desportivo, mas que teriam também a obrigação de aprender ou exercer um ofício, parece como meio de restabelecer a honestidade do desporto, sem sacrificar para tanto a qualidade humana e desportiva do campeão. Os “não-amadores”, controlados diretamente pelas federações, poderiam participar no mesmo título que os “amadores” em todas as competições federais. Não poderiam, naturalmente, reivindicar a categoria de amadores, pois que teriam o direito de receber dinheiro. Porém não poderiam ser confundidos com os profissionais, visto que teriam um outro ofício, além do desporto. Ocupariam, em suma, uma posição original entre o amadorismo – que preencheria, em qualquer caso, o estatuto da massa e de certos campeões, tendo guardado no coração o nobre ideal do desporto desinteressado – e o profissionalismo, que substituiria autêntico em alguns desportos e para uma minoria.

*O “não-amadorismo” favoreceria, sem dúvida, o desaparecimento do falso amadorismo. Daria também a cada atleta a sua oportunidade de alcançar o máximo e preservaria, ao mesmo tempo, o seu futuro social. **Abriria ao desporto uma nova perspectiva humanista: a da promoção humana e social do campeão. Os jogos olímpicos, pelo seu prestígio, o seu brilho, a sua popularidade, poderiam contribuir para impor universalmente este novo ideal.** Seria importante que, para isto, eles fossem abertos para todos que, amadores e não-amadores, têm sabido dar o exemplo dum êxito desportivo e profissional, isto é, a todos os campeões que, pelo exercício duma ocupação extradesportiva, podem aspirar a uma promoção durável: os “profissionais” que fazem do desporto a sua única profissão, deveriam ser excluídos, visto que a sua atividade tem um caráter demasiado temporário para poder, a maior parte da vezes, assegurar o seu futuro social e permitir-lhes perante a juventude um exemplo inteiramente válido*

Aí se encontra, incontestavelmente, a via da razão. Sacrificar a elite, tentando impor-lhe um amadorismo que ela já não pode respeitar, será tão pernicioso e nefasto para o desporto como sacrificar o amadorismo, que é e deve continuar a ser o estado da alma dos praticantes. Certamente que a criação de uma categoria de “não-amadores” fará perder oficialmente à maior parte dos campeões a qualidade de amator. Mas restituirá, ao respeito pela regra, o caráter absoluto que hoje perdeu, e favorecerá assim a defesa do “fair play”, gravemente ameaçado pela mentira e a batota atuais.

***O “fair play” dá ao desporto a sua qualidade humana. Tudo deve ser posto em marcha para que se torne o ideal de todos os sportistas** (CIEPS, 1973: 20-21, grifos do autor).*

Esta longa citação se explica pela natureza que se tende a imprimir ao espírito humanista do esporte, voltado aos princípios do *fair play* – uma fórmula confusa de não amadorismo que começava a suscitar as contendas que estavam por vir no ambiente esportivo.

É preciso que se entenda a preocupação de integrantes do CIEPS em oferecer artifícios de ganhos financeiros aos atletas que se destacavam, sem, contudo, que se corrompessem os “nobres ideais olímpicos”. Em primeiro lugar, as repercussões midiáticas dos grandes campeões tramitavam num mundo crescentemente coberto pela informação e pela

lógica do mercado, onde o êxito dos atletas carecia de sua dedicação completa aos treinamentos e, por conseguinte, a alternativa que restava incidia sobre a sua compensação pecuniária.

Tratava-se de ir além do mero altruísmo que valorizasse o esforço dos atletas, pois as suas vitórias vinculavam-se ao modelo de consumo capitalista, ou seja, ao incremento da venda de produtos diversificados. Destarte, as elites antes refratárias à presença das massas no território fechado das práticas esportivas ocupavam-se, a partir de então, de aproveitar-se dessa situação, no que tange à exploração do carisma dos esportistas junto à população.

Em segundo lugar, como já foi mencionado, no contexto da Guerra Fria a representação esportiva vitoriosa proporcionava credibilidade do sistema político vigente, e o receio dos países capitalistas residia no fato de que a inibição à remuneração dos atletas afugentasse possíveis campeões, haja vista que, no cenário das nações socialistas, todo atleta, independentemente da modalidade praticada, era considerado amador.

Logo, ocorre o percalço no âmbito da supremacia mundial, socialismo ou capitalismo, em que o Estado busca comandar as ações, mas nem sempre se constitui no sujeito, devido às modernas conjunções esportivas do mundo ocidental derivarem de contradições de classe que se transformaram, transitando principalmente pelo domínio do mercado, em que os atletas corporificaram modelos de sucesso, alvos perfeitos para a divulgação de produtos, consubstanciados pela exposição que conquistaram mediante o tempo que a imprensa confere ao esporte.

São lutas registradas nas relações de produção, que Poulantzas (1985) indica como componentes das clivagens existentes nos desenlaces do Estado com as classes dominantes. Um jogo multifacetado, em que frações dos blocos no poder assumem a hegemonia em determinada realidade e promovem novas configurações. No esporte, pode-se dizer que a mídia e o grande capital inserem-se no conjunto desses fragmentos, convertendo-se em setores responsáveis por interferir nas batalhas entre o profissionalismo e o amadorismo e inaugurando mecanismos favoráveis à exploração da imagem e à valorização do consumo.

Porém não é apenas na esfera da tendência à profissionalização que se vertiam as atenções acerca do esporte, já que esta se consolidava, à medida que o capital tomava conta de sua direção. As relações de produção alteram-se no cenário do esporte moderno, com a instalação de inúmeros campos de disputa, interpostos por arenas de conflitos no terreno político.

Os embates avolumam-se e deságuam na premência de educar a população, em que ser profissional ou amador torna-se uma interpretação à parte perante a necessidade de se espriar o esporte de massa, num panorama demarcado pela predominância do alto rendimento. Adotam-se posicionamentos às vezes maniqueístas, às vezes buscando a articulação entre ambos. Discussões que penetram no surgimento do movimento Esporte para Todos e que pretendem justificar a sua difusão no corpo social.

3- O desenvolvimento do Esporte para Todos no cenário internacional

Pierre Seurin, presidente da FIEP, analisa os conceitos atinentes à Educação Física e ao desporto, asseverando que não são opostos, embora diferentes. Focando-se nos mesmos propósitos funcionalistas do Manifesto da FIEP, de 1970, Seurin aborda que a Educação Física necessita voltar-se à saúde ativa, ao desenvolvimento da aptidão física e à afirmação de valores morais e particulares, em que os indivíduos se ajustem ao mundo que lhe é destinado (SEURIN, 1973).

Quanto ao desporto moderno, Seurin alerta que, ao seguir pela seletividade e pelo apego excessivo ao dinheiro, está voltado a um viés pernicioso, urgindo que seus caminhos sejam corrigidos, de forma a devolvê-lo às propriedades educativas da Educação Física.

Com efeito, Seurin alega que o desporto pode-se tornar educativo, ao passo que incorpora valores recreativos e lúdicos, disseminando-se por todas as idades. Para isso, a escola deveria ser tratada como o local de formação de sujeitos capacitados para exercer de forma leal e desinteressada as atividades físicas e esportivas. Uma educação para o lazer, que se afastasse dos dispositivos do desporto atual, qual seja, o da competição exacerbada.

Nesse combate difícil é preciso, antes, “escolher nosso terreno”, aquele onde nossos esforços possam ser os mais eficazes. Esse terreno é evidentemente a escola. Uma escola que permaneça “aberta” para o mundo moderno, mas que seja também para a criança e o adolescente, a “cidadela provisória”, o meio preservado das influências nefastas da sociedade ou da ditadura do “bando”, o meio onde o adulto (aqui o educador) está a serviço da criança, para seu progresso humano, social e suas oportunidades de felicidade futura (SEURIN, 1973:11).

Infiro que os posicionamentos se achavam concentrados nos objetivos de alguns órgãos ou até eram de ordem pessoal, que poderiam ganhar contornos maiores dependendo do autor, pois o esporte de alto rendimento como meta final não era descartado nem mesmo pelo manifesto da FIEP de 1970, da qual Seurin era presidente. Nesse ínterim, ao defender a profusão do esporte de massa, Seurin não obrigatoriamente se colocava como porta-voz da FIEP.

Outro caso que pode ser citado refere-se à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que se constituiu numa das entidades que sempre trabalharam no intuito de incentivar o esporte de massa, sem, contudo, expressar-se contra o esporte de alto rendimento. No entanto, o seu diretor-geral, René Maheu, convidado pelo comitê organizador dos jogos olímpicos de Munique de 1972, dias antes de seu início, a proferir palestra, reforçava veementemente que o desporto deveria abraçar a finalidade de formação e preparação para a vida.

A integração do desporto e a educação compunha a análise de Maheu, pautando-se por reivindicar maior cuidado às entidades governamentais e não governamentais a respeito da capacidade de utilização do desporto na educação permanente.

O sucesso do espetáculo sportivo, a importância que assumiu nos costumes infelizmente é muitas vezes explorada para fins alheios e às vezes opostos ao desporto e que são outros tantos fatores de corrupção ou de deformação: o mercantilismo, o chauvinismo, a política. Chegou o tempo de reagir e de reagir energeticamente, se se quer conservar o espírito do desporto. Chegou o tempo de escolher entre o circo romano e a palestra grega. Chegou o tempo de escolher entre a exaltação do orgulho nacional e a da fraternidade humana, entre aquilo que opõe os homens e aquilo que os une (MAHEU, 1973: 22).

Com entonação incisiva, ante uma plateia que, em virtude da natureza do evento, provavelmente era afeita ao espetáculo sportivo, o autor alfinetava as diretrizes traçadas nesse setor, isto é, a defesa intransigente do esporte de alto rendimento. Propunha a humanização, por meio do esporte, com a sua difusão harmoniosa na população, sem incorrer no risco de se guiar pelo mercado, por um nacionalismo descabido ou por rumos políticos que se desviassem dos preceitos do esporte.

No âmbito educacional de implantação de arquétipos neoliberais, o esporte de massa encaixava-se no escopo das prerrogativas da educação permanente, daí Maheu (1973)

preocupar-se com os riscos da competição esportiva, defendendo a humanização das práticas corporais.

Obedecendo a esses anseios, a UNESCO participou ativamente das teorizações relativas à promoção de atividades físicas e esportivas à totalidade da população e que deram origem ao Esporte para Todos. A Carta Internacional da Educação Física e Desportos, elaborada pela UNESCO no ano de 1978, definia como direito de todos o acesso à Educação Física e ao Desporto, fomentando a expansão da pessoa humana, além de desenvolver hábitos e comportamentos favoráveis. Pautando-se por um aporte teórico fundado na paz e no respeito internacional, na harmonia e dignidade da pessoa humana, na democratização ao acesso às práticas corporais, a Carta evocava as potencialidades de se alastrarem os seus paradigmas para o mundo inteiro.

Ao longo de seus dez artigos, a Carta enfatizava a prática da Educação Física e do desporto como direito fundamental para todos; educação permanente; correspondência com as necessidades dos indivíduos e da sociedade; confiada a pessoal qualificado; equipamentos e materiais apropriados; pesquisa e avaliação indispensáveis ao seu desenvolvimento; disponibilização de arsenal de informação e documentação; condução para que os meios de comunicação exercessem influência positiva; adesão de entidades públicas e privadas e cooperação internacional no seu desenvolvimento.

Como braço da Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO enxergava no esporte a possibilidade de ser um elemento integrador entre os países. Mas exatamente o último artigo, o da cooperação internacional, sofreria um abalo significativo, uma vez que as oscilações políticas mundiais, num futuro breve, passariam a influir decisivamente em sua trajetória. O período no qual foi formulada a Carta apresentou um quadro adverso ante as tentativas de diálogo e entendimento propugnadas pelo documento, contrastando com o otimismo decantado pela UNESCO, em relação aos rumos do esporte.

É pela cooperação e pela defesa de interesses comuns no campo da educação física e no dos desportos – linguagem universal por excelência – que os povos contribuirão em prol da manutenção de uma paz duradoura, do respeito mútuo, da amizade, e assim criarão um clima favorável à solução dos problemas internacionais. Uma estreita colaboração fundada no respeito às suas competências específicas, entre outros órgãos interessados – governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais – deve favorecer o desenvolvimento da Educação física e dos desportos no mundo inteiro (UNESCO, 1978: 7).

Escancarou-se que o esporte não possuía a aura romântica e desinteressada, centrada em seus próprios objetivos, pois os conflitos ideológicos sobrepujaram os valores educativos dedicados ao esporte, tão caros à UNESCO e ao legado de Coubertin. O boicote aos jogos olímpicos de Moscou, em 1980, orquestrado pelos Estados Unidos da América, juntamente com seus aliados, em represália à invasão soviética ao Afeganistão, e o boicote aos jogos olímpicos de Los Angeles, em 1984, realizado pela União Soviética e demais países comunistas, os quais alegaram falta de segurança, dão conta da dimensão que as conjecturas mundiais alcançaram naquele cenário.

As preocupações discursivas da UNESCO, então, versavam para a difusão do esporte como a alternativa para a formação de mentalidades carregadas de valores humanistas, em que as disputas entre as nações fosse apenas um dos processos de educação esportiva. O mais importante era que a prática da Educação Física e dos desportos se estendesse a todos e que as instituições responsáveis incutissem nos indivíduos e na sociedade o imaginário correspondente aos seus benefícios.

Por aí caminhavam as colaborações da UNESCO para a consolidação do movimento Esporte para Todos em nível internacional. Estabeleceu-se a imanência com o pensamento que já incidia em países da Europa Ocidental desde o ano de 1967, quando a Noruega, segundo Costa (1977), constituiu-se no berço do movimento, buscando transformar sedentários em praticantes. A partir do início da década de 1970, o movimento espalhou-se por outros países europeus, até mesmo socialistas, bem como para os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e o México, assumindo diversos nomes, de acordo com o local onde era desenvolvido.

Em 1967, experts de 5 países – Alemanha, Noruega, Holanda, Suécia e Bélgica – encontraram-se, pela primeira vez, em Ruit, Alemanha, para uma conferência sobre o assunto. Em 1969 a Conferência Européia, em Oslo, teve o número de países participantes aumentado para 11, com a adesão da Finlândia, Grã-Bretanha, França, Áustria, Itália e Suíça. Em 1971, na conferência em Arnheim, a Iugoslávia e a Islândia aderiram; em 1973 a conferência de Frankfurt teve 18 representantes, incluindo Polônia, Japão, Canadá, EE.UU. e México (PALM, 1977: 32).

Sobre essa ossatura, em 1975, houve a formulação da “Carta Europeia do Desporto para Todos”³, com o objetivo de sustentar as políticas de expansão de atividades físicas e esportivas. Ela era destinada especialmente às autoridades, reafirmando a importância da participação da população e orientando-as quanto ao seu papel no desenvolvimento do Desporto para Todos, bem como quanto às formas e estruturas de cooperação entre as nações do continente. Foi um documento cuja gênese remonta às experiências já ocorridas no Esporte para Todos europeu.

Por meio da educação permanente, incentivava-se o envolvimento das massas, formando-se personalidades dentro de uma tática economicamente viável. Não se tratava de uma proposta inovadora que derivasse de movimentos de base comunitária, mas sim de ações adotadas pelo poder central em gerenciar as atividades físicas e esportivas da população. Teixeira (1976), em defesa da educação permanente, já afirmava que, além de preparar os indivíduos para as suas responsabilidades, geraria a consciência do ser autônomo, democrático, afeito à coletividade e sempre disposto a participar “do progresso econômico e social da sociedade a que pertence” (p. 18).

Os encaminhamentos dados ao Esporte para Todos permitem perceber que a sua difusão se crivou pela inserção das classes populares em uma realidade social permeada por valores capitalistas. A sua característica consistia em espriar discursos voltados para a democratização do acesso às práticas corporais, a fim de combater um quadro demarcado pela predominância do lazer passivo, em que os indivíduos eram meros espectadores do espetáculo esportivo.

No entanto, nunca houve uma justificativa suficiente para a superação do viés competitivo, haja vista que as próprias teorizações relativas ao incremento do esporte de massa, muitas vezes o colocavam como base para a formação de uma elite esportiva. Pretendia-se que o esporte de massa lograsse a expectativa de que as classes dominadas “conquistassem” a cidadania.

Mas ser cidadão implicava na aptidão de adentrar no mercado de consumo, fazer parte do horizonte delineado pelas molduras da sociedade capitalista. Daí o Esporte para Todos ser dedicado às classes populares, aquelas que almejavam granjear os princípios básicos da

³ Documento transcrito na íntegra em Costa (1981).

cidadania, e uma das formas era a inclusão esportiva. Só que isso aconteceu num processo orientado do alto.

Porém, ao mesmo tempo em que sobre as massas são imputados mecanismos de controle, de condução de suas condutas, elas também fazem ouvir as suas vozes, reivindicam, oferecem resistências. Trata-se de uma rede de relações distribuídas nas lutas de classes e mediadas pelo Estado.

No quadro das discussões travadas em favor do esporte de massa, o Esporte para Todos ganhou uma dimensão de extrema relevância e se alastrou por diversos países. Seus códigos obedeceram a peculiaridades regionais, traçadas por meio das características de cada nação, inclusive o Brasil.

4- Considerações finais

Imerso num cenário crivado pelos embates entre o esporte de alto rendimento e o esporte de massa, este estudo buscou investigar como as situações acomodam-se, diante de configurações inscritas nas formas pelas quais o Estado atua em favor dos anseios das elites para exercer o controle sobre as classes dominadas e como estas oferecem as suas resistências e reivindica os seus direitos de adentrar nas diversas práticas espreiadas pelo corpo social, inclusive as esportivas.

Nesse sentido, o Esporte para Todos foi um movimento que se originou das preocupações acerca da participação dos indivíduos nos esportes de massa. Ele apresentou-se numa conjunção demarcada pela Guerra Fria, cuja democratização ao acesso às práticas corporais guardava estreita relação com o ideário assentado em modelos de governos liberais e socialdemocratas.

Independentemente se numa forma mais incisiva de defesa do esporte de massa ou na predisposição em estabelecer um diálogo entre ele e o esporte de alto rendimento, constata-se que os discursos advêm do alto e procuram modular os comportamentos, os quais vão se ajustando aos interesses afeitos às temporalidades e especificidades. São jogos difusos, que fazem parte das relações de produção presentes no seio da sociedade.

5- Referências

- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- CIEPS. Manifesto sobre o Desporto (1964). *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília n. 14, 1973, p. 6-21.
- COSTA, Lamartine Pereira da. Bases institucionais do Esporte para Todos. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 21-29.
- _____. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, 1977, p. 6-12.
- FIEP. Manifesto Mundial da Educação Física (1970). Disponível em: <http://goo.gl/V1gIYD>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MAHEU, René. Desporto e Educação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília n. 16, 1973, p. 7-23.
- PALM, Jürgen. A visão e a realidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, 1973, p. 28-36.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- SEURIN, Pierre. Educação Física e Desportos: cooperação ou conflito? *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 13, 1973, p. 6-13.
- TEIXEIRA, Octávio. O momento desportivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 31, 1976, p. 17-23.
- TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 26, 1975, p. 7-11.
- UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e Desportos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 41, 1979, p. 4-7.